



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO
SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ATA Nº 2/2023

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO
DIA VINTE E SETE DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado pela primeira secretária, Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, e pela segunda secretária, Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*:

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2023.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Assunto para conhecimento: Parceria relacionada com os "Bairros Comerciais Digitais" – Aviso nº 12/C16-io2/2023.
4. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
5. Discussão e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.
6. Análise, discussão e deliberação sobre a Declaração de Utilidade Pública da Obra Requalificação e Alargamento da Ponte sobre o Rio Vouga, na EM 581.
7. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2022.
8. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
9. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, deu início à sessão.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa, Vítor Figueiredo, Paula Cardoso. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2.ª Secretária da Assembleia: Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina

Os Membros: Sandra Almeida Cravo Fonseca, Sérgio Almeida Ferreira, António Carlos Rodrigues, Rui Miguel Loureiro Cabral, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Hélder José de Jesus Vaz, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Rui Miguel Almeida Lopes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, Rosa Maria Saraiva Simões, Joaquim



2
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

José Cruz Afonso Albuquerque, Gonçalo Rui Martins Magalhães, José Luís Correia de Almeida, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: António Gomes de Sousa – Avelal, Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Agostinho Machado Rodrigues – Mioma; Hélder Alexandre Almeida Baptista – Rio de Moinhos; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; António José Filipe Carvalho – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Olindo de Albuquerque Pimentel – Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de André Roxo Xavier de Sá e Tiago Orlando Jesus Rebelo, tendo sido substituídos por Tiago André Cardoso Figueiredo e Sofia Alexandra Almeida Ribeiro, respetivamente.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia: Deu início ao período antes da Ordem do Dia fazendo os seguintes votos de pesar:

Voto de Pesar: A Mesa da Assembleia Municipal propõe um voto de pesar pelo falecimento, no passado dia 9 de março, do Sr. Professor José Luís Mendonça Vaz, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves e, por inerência, ex-Membro da Assembleia Municipal de Sátão, associando-se e solidarizando-se, com a sua Família neste momento de dor e luto, pela irreparável perda.

Voto de Pesar: A Mesa da Assembleia Municipal associa-se e solidariza-se, neste momento de dor e luto, com o eleito António José Filipe Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, pela irreparável perda de seu Pai, recentemente falecido.

Colocou os Voto de Pesar à votação, tendo estes sido aprovados, por unanimidade.

Seguidamente deu continuidade à sessão fazendo uma breve explanação acerca dos procedimentos de justificação de faltas às reuniões da Assembleia Municipal. Neste seguimento, colocou à votação a justificação da falta, do Sr. Deputado José Luís Correia de Almeida, à sessão anterior que decorreu no dia 27-02-2023, a qual foi aceite, por unanimidade. Assim, considerando-se justificada a aludida falta, deu seguimento à ordem de Trabalhos, passando ao ponto seguinte.

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2023.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2023 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 2 (dois)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados que a quisessem consultar.

Inscrições: Não houve inscrições.

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Colocou o período antes da Ordem do Dia à discussão.

Inscrições: Sandra Fonseca; Gonçalo Magalhães; Marco Girão; Ricardo Almeida; Rui Silva; Pres. Junta de Sátão (António José Carvalho).

Sandra Fonseca:

"Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e com ele a sua mesa,

Sr. Presidente do Município,

Srs. Vereadores,

Srs. Membros da Assembleia,

Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, bem como os demais presentes.

Na última reunião de Assembleia abordou-se o atendimento prestado pelos profissionais do Centro de Saúde, bem como o mau funcionamento do mesmo.

Sendo eu profissional de saúde dessa Unidade e após alguma reflexão ponderada, surgiu-me a necessidade de hoje esclarecer algumas situações que me parecem pertinentes e talvez desconhecidas.

Não quero com esta minha intervenção desculpar algumas situações negativas ou falhas que ocorrem, mas sim pretendo expor algumas das dificuldades enfrentadas diariamente na gestão e funcionamento do Centro de Saúde, assim como ouvir sugestões para melhorar o atendimento e bem-estar dos utentes que recorrem à Unidade.

Com base no último inquérito de satisfação aos utentes, as reclamações principais levantadas foram:

- 1. Não atendimento nas situações urgentes;*
- 2. Dificuldade no agendamento de consultas médicas;*
- 3. Não atendem o telefone;*
- 4. Más condições do edifício (frio/calor, porta avariada, infiltrações...).*

1) Relativamente às situações de urgência, os Centros de Saúde não são Serviços de Urgência Básico, conhecidos como SUB. Estes são regulados por Despacho próprio. Essa alteração foi feita com a reforma dos cuidados de saúde primários, em 2005. Nas SUB, que fazem parte da rede de emergência e urgência, existe triagem por forma a priorizar situações que possam ameaçar a vida; está prevista a presença física permanente de recursos humanos para garantir a manutenção contínua do serviço e existem meios que permitem uma abordagem sistematizada do doente urgente.

O Centro de Saúde de Sátão não é SUB, o funcionamento das consultas é por marcação estando definidos tempos mínimos recomendados para cada consulta e consequentemente a lotação máxima de agendamentos. A organização dos cuidados assenta num conjunto de atividades preventivas em áreas como a gestão da doença e comorbilidades, o acompanhamento domiciliário de doentes dependentes, cuidados aos utentes no seu ciclo de vida e tratamento da doença aguda não urgente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

A procura de cuidados urgentes num Centro de Saúde, atualmente, origina um conflito entre a necessidade e a ausência de meios para uma resposta adequada, pois não existem recursos humanos e materiais para uma resposta eficiente a essas situações.

2) Quanto às marcações de consultas programadas, como é do conhecimento geral, infelizmente não tem sido fácil fixar médicos no Sátão. Existe uma grande rotatividade o que tem prejudicado e dificultado o planeamento, a programação e a marcação das consultas. Posso-vos dar o meu exemplo: em 9 anos, trabalhei com 11 médicos.

3) Quanto ao atendimento telefónico, basta estar atento aos meios de comunicação social para se verificar que o problema não é só no Sátão. Não existem recursos humanos suficientes para atender ao balcão o utente e atender o telefone. Visto ser um problema geral o ACeS tem um projeto para implementação de atendimento telefónico automático que poderá minorizar o problema.

É importante salientar que a unidade segue exclusivamente indicações superiores do ACeS, no que diz respeito a horários, diretrizes e orientações. Compreendo as dificuldades dos utentes, mas quero também que fique claro que toda a equipa da unidade tem trabalhado muito em prole dos mesmos.

É-me difícil ouvir e ler comentários depreciativos e ofensivos na internet, nas redes sociais, quando não se tem conhecimento da nossa realidade, do funcionamento da Unidade, nem do esforço que fazemos para dar resposta e melhorar os nossos serviços.

Não entendo o motivo pelo qual não se usa os meios legais e disponíveis, como por exemplo o livro de reclamações, para se manifestarem e se utilizem deles sociais onde se põe em causa a competência dos funcionários, bem como sua dignidade, e se aproveite para usar esses mesmos comentários como argumentos válidos para outros fins.

Tenho pena não tornarem públicos os agradecimentos e elogios que recebemos. Mas quero relembrar que compete a cada um de nós, como membros eleitos desta Assembleia, a responsabilidade de elevar valores morais e cívicos.

Quanto ao papel da Câmara Municipal, é importante referir que tem sido um parceiro importante, tem colaborado ao solicitado; colaborou na abertura da ADC - Área dedicada ao Covil, CVC - Centro de Vacinação, alocação de assistente operacional, entre outros.

No entanto acredito que é possível fazer mais. Sabendo que existe dificuldade orçamental no Ministério da Saúde, a Câmara deve, ao meu ver, atender ao pedido dos Municípios, conforme consta no inquérito de satisfação, e melhorar as infraestruturas (exemplo da porta que se arrasta há tempo demais), corrigir as infiltrações de água, auxiliar na substituição do material em falta e/ou danificado, colocar mais recursos humanos no atendimento.

Sr. Presidente sei que a sua justificação tem sido o facto de a Câmara não ter ainda essa responsabilidade orçamental. Mas a meu ver, a delegação de competências na área da saúde será inevitável, pelo que poder-se-ia arrear caminho e começar-se a implementar ações para melhorar a qualidade do atendimento e bem-estar dos utentes que recorrem ao nosso Centro de Saúde.

Muito obrigado."

Gonçalo Magalhães: Inteiro, dizendo o seguinte:

«Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e sua mesa

Exmo Senhor Presidente de Camara

Exmos Senhores Vereadores

Exmos Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Presidentes, de Junta de Freguesia

25 de Abril de 1974

Passaram 49 anos desde a famosa revolução dos cravos que nos permitiu a todos nós, aqui presentes, passarmos a ter liberdade e democracia.

Permitiu a Democracia!

Permitiu Votar;

Permitiu que todos nós de 4 em 4 anos, possamos eleger o Governo de Portugal;

Permitiu que de 4 em 4 anos possamos eleger o Poder Local, o governo das nossas Autarquias;

E de cinco em cinco anos eleger o Presidente da República.

Permitiu a Liberdade!

Permitiu ler um livro;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Permitiu ter um simples isqueiro de bolso;

Permitiu namorar e beijar na rua;

Permitiu viajar às mulheres casadas que até então dependia de autorização dos maridos;

Permitiu beber coca-cola;

Permitiu haver liberdade de reunião e de associação entre muitos outros;

No resumo de tudo permitiu ter opinião e liberdade de expressão.

Para os mais novos, por vezes é difícil reconhecer a importância da data e o que ela trouxe de mudanças para o nosso país não passando este dia de um simples feriado, mas para os mais idosos, garantidamente este dia foi de mudança.

Este grande ganho da Democracia Portuguesa deve-se àquilo que se passou em 1974, quando os Capitães de abril, fizeram esse Golpe de Estado.

Essa Revolução de Abril permitiu, a Liberdade, a Democracia e o respeito pelas pessoas.

Precisamente 49 anos depois e citando a nossa eloquente poetisa Sofia Mello Breyner como o dia "inteiro e limpo" referindo-se ao 25 de Abril.

O 25 de Abril será certamente na História Contemporânea Portuguesa uma das datas mais importantes.

Só por isso já valeu a pena a revolução do 25 de Abril.

Eu entendo, que um povo sem história e sem memória, é um povo que não existe!

MAS PORTUGAL EXISTE HÁ MUITOS ANOS E CADA VEZ MAIS FORTE!!

Que estes valores de Abril, a Fraternidade, Solidariedade e Justiça, estejam presentes em todos os momentos da vida Portuguesa.

Desde então, muito foi feito para desenvolver o nosso país, os nossos distritos e os nossos concelhos.

Todos estes territórios têm hoje melhores condições na habitação social, na eletrificação, nos saneamentos, na água, na saúde, no parque escolar, na rodovia e em tantas outras infraestruturas.

Será que o Sátão acompanhou todas estas condições por forma a melhor a vida dos Satenses??

Custa me aceitar que sim.

Os saneamentos que ainda não contemplam o concelho todo, a água horrivelmente escura que jorra nas habitações, as vias em mau estado entre outras que aqui poderia enumerar.

As obras que começam e nunca mais acabam e que por consequência derrapam financeiramente e no incumprimento dos prazos. De que interessa ter vários milhões na conta bancária do município se os Satenses não tem qualidade de vida??

Só se fazem obras neste concelho se existir financiamento através de projetos pois iniciativa desta câmara bem podem os Satenses esperar eternamente.

Sabemos que existem situações complicadas na nossa sociedade e em particular no nosso concelho, mas, tem este município a responsabilidade de uma forma direta e objetiva, sem nunca fazer aquilo que se chama "Caridadezinha" ajudar quem precisa de uma forma séria, honesta e justa sem nunca esperar algo em troca.

Entendo, que o 25 de abril, deve ser sempre comemorado com os valores de Abril.

Uma data simbólica como esta, deveria e caberia bem a realização desta Assembleia nesse dia, dignificando este Concelho e este Município.

A própria assembleia já por si só seria uma forma de comemorar o 25 de Abril e sem custos acrescidos para o município.

Por isso, faria todo o sentido que a mesma fosse realizada no dia 25 de Abril de 2023 deixando eu o desafio ao Srº Presidente da Assembleia Municipal para que a próxima seja realizada nesse mesmo dia.

Entendo, não entendendo, que naturalmente não daria muito jeito a alguns elementos desta assembleia pois assim habilmente beneficiam de mais um dia sem gerar produtividade as suas entidades empregadoras.

Como sabemos, uma das grandes virtudes da democracia e da liberdade é a convivência de todas as classes políticas, incluindo os antidemocratas também eles necessários para a evolução do país e do mundo.

Hoje cada vez mais vão aparecendo forças da extrema-direita com discursos populistas e demagógicos, mas que em nada contribuem para a sociedade.

Cabe-nos a todos combater tais forças onde a liberdade de expressão não se podem confundir com o insulto, a ofensa e a injúria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Episódios como o ocorrido no dia 25 na Assembleia da República deve ser vivamente repudiado por todos. Não podemos aceitar que um chefe de estado legitimamente eleito no seu país e recebido pelo nosso povo irmão seja tratado daquela forma vergonhosa na casa da democracia.

Temos de ter orgulho em sermos servidores da democracia e enquanto cidadãos e titulares de cargos públicos e políticos o combate depende de todos nós, não devendo desistir na defesa da liberdade e dando lições aqueles que defendem as invasões e as guerras como forma de conquistas.

Agora que o tempo decorrido em que a liberdade superou os longos anos de ditadura, saibamos honrar todos aqueles que, com uma enorme coragem e altruísmo, fizeram do sonho realidade. A minha e a nossa homenagem a todos os capitães de abril, representados na figura de Salgueiro Maia, "aquele que na hora da vitória respeitou o vencido, aquele que deu tudo e não pediu a paga, aquele que na hora da ganância perdeu o apetite", como um dia lhe escreveu Sophia Mello Breyner.

Salgueiro Maia tornou-se um símbolo da integridade e honradez, no início de um país de Liberdade e Solidariedade.

Saibamos nós passar às gerações pós 25 de Abril o amplo significado da revolução e, sobretudo, sejamos capazes de por no presente as lutas sempre inacabadas pela liberdade, pela justiça e pela igualdade.

Assim como uma vírgula muda uma frase, uma atitude muda uma história!!!

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA A PAZ E A LIBERDADE

VIVA O SÁTÃO»

Marco Girão: Na sua intervenção disse o seguinte:

«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Município,

Excelentíssimos Senhores Vereadores;

Excelentíssimos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesias;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Senhor Presidente,

Espaços e equipamentos públicos de elevada qualidade, bem projetados e bem geridos, podem desempenhar um papel fundamental na promoção do bem-estar da comunidade e contribuir, positivamente, para as vidas das populações, em termos sociais, económicos e ambientais.

São os espaços e equipamentos públicos que dão identidade a uma qualquer localidade, e, no caso do Sátão, sem bons espaços e equipamentos públicos, não podemos ter uma Vila aprazível, diferenciada, moderna e acolhedora para todos, independentemente da idade, das limitações físicas e das condições socioeconómicas. A atividade desenvolvida pela autarquia nesta matéria, que tem uma importante incumbência de conceber e gerir esses espaços e equipamentos, requer uma observação atenta, regular e constante, acompanhada de uma capacidade técnica para efetuar juízos e apreciações sobre a sua criação e gestão. Será, assim, importante realçar que uma leitura e uma observação assentes apenas na experiência pessoal, de base empírica, é insuficiente e conduz, inevitavelmente, à conceção de espaços e equipamentos desadequados, deficientes e com fraca qualidade.

Precisamente, no concelho de Sátão, a conceção e a gestão desse tipo de equipamentos resultaram no passado, e continuam a resultar no presente, de uma visão pessoal do presidente da autarquia, visão essa deficiente e impreparada tecnicamente que, inevitavelmente, tem conduzido à conceção de soluções de fraca qualidade, esteticamente pouco apelativas e atrativas, e nem sempre confortáveis e seguras.

Os atuais Paços de Concelho e a Praça Paulo VI, idealizados e concebidos pelo senhor presidente Doutor Carlos Xavier, são um exemplo magnífico de um espaço público de qualidade, esteticamente apelativo e que, citando o Senhor Cônego Albano Martins de Sousa, são a "verdadeira e autêntica sala de visitas da nossa vila." Disse ainda o Senhor Cônego, que os Paços de Concelho são o resultado "do bom gosto, sensibilidade e decisão dos responsáveis do município, honram a nossa terra e não temem confrontos com as outras vilas do distrito."

Senhor presidente,

Bom gosto e sensibilidade estética não são o seu forte e exemplos que confirmam a minha opinião não faltam na Vila e no concelho.

No entanto, pretendo hoje concentrar-me num caso que, recentemente, o senhor presidente divulgou junto dos órgãos de comunicação social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Refiro-me especificamente à ciclovia que, fazendo fé nas suas declarações, terá cerca de dois quilómetros, atravessará o centro da Vila, com início na Rua da Variante e término na Casa da Cultura. Ainda de acordo com as suas declarações, o senhor presidente pretende “promover um melhor ambiente, reduzindo o uso do automóvel e ainda permitir menor sedentarismo”.

Senhor presidente, considera sério afirmar que pretende reduzir o uso do automóvel e combater o sedentarismo, construindo uma ciclovia urbana com um desnível extremamente acentuado, cujo percurso se inicia num local da vila pouco frequentado em termos pedestres e cuja atratividade é muito duvidosa?

Este projeto, parece-me, no seguimento de outros que concretizou ao longo dos seus mandatos, um projeto mal concebido, que revela uma ausência de planeamento e que traduzirá uma deficiente utilização dos fundos europeus.

No fundo, é mais um projeto assente na sua experiência pessoal, que resulta de uma visão ultrapassada, que não acomoda as necessidades dos munícipes e que não promove uma utilização adequada e criteriosa do espaço público. Saber que o mesmo está orçado em cerca de 300 mil euros, só aumenta a minha perplexidade e incompreensão.

Sr. Presidente,

Se verdadeiramente o preocupa o sedentarismo dos munícipes, desafio-o a criar uma ciclovia digna desse nome. Uma ciclovia com percurso rural ou florestal, com início no Sátão, que eventualmente estabeleça a ligação entre algumas aldeias limítrofes da sede do concelho, com espaços de descanso e de lazer, com condições de segurança e que, nos pontos de partida e de chegada, possua estações com bicicletas disponíveis para os utilizadores. A extensão da mesma deverá ser muito superior aos ridículos dois quilómetros que a sua ciclovia nos propõe e nunca deverá ter um percurso urbano.

Acredite, serei o primeiro a elogiá-lo caso consiga concretizar um projeto com essa dimensão e natureza.

Senhor presidente,

Constato igualmente que no seguimento desta obra que está em curso, continua a saga da requalificação das passeadeiras e dos passeios que empreendeu há já algum tempo, com o mau gosto e a falta de sensibilidade estética que o caracterizam.

Insiste em substituir a tradicional e bela calçada portuguesa, feita de basalto, por pavimento de cimento incaracterístico, feio e monótono. Hoje, inexplicavelmente, confrontamo-nos na vila com ruas em que do lado esquerdo temos a calçada tradicional, e do lado direito passeios com pavimentação de cimento. A desarmonia dos mesmos é de tal ordem que, por vezes, questiono-me a quem interessará este tipo de obras.

Senhor presidente,

Referi há pouco os Paços de Concelho e a Praça Paulo VI e ocorreu-me o projeto de modificação, aprovado em reunião extraordinária de câmara no dia 26 de maio de 2022, no âmbito do programa Sátão + Acesso, participado a cem por cento através do PRR 360, que consistia basicamente em colocar o jardim da Praça Paulo VI à mesma cota da escadaria de acesso ao município, nivelando e pavimentando a zona que atualmente corresponde à rua que está situada entre o edifício municipal e o jardim. Esse projeto estava orçado em mais de 650 mil euros, acrescidos de IVA.

Ora, esse projeto, a meu ver, constitui mais um lamentável exemplo de falta de planeamento e deficiente conceção que caracterizam as obras concretizadas durante a sua liderança. Pareceu-me uma coisa concebida apressadamente, sem qualquer método e espírito crítico, sem consulta pública, e com o único objetivo de aceder a fundos europeus. Ou seja, gastam-se dinheiros públicos, só porque sim.

Senhor presidente,

Peço-lhe que repense a modificação dos Paços de Concelho e da Praça Paulo VI. Qualquer pessoa, com o mínimo de sensibilidade estética e bom gosto, fica maravilhada com o trabalho de planeamento e conceção que deram origem a esta parte da Vila. Não destrua, por favor, o local mais nobre e agradável que esta Vila possui e que, lembrando novamente o Senhor Padre Albano, “honra a nossa terra e não teme confrontos com as outras vilas do distrito”.

Muito obrigado.»

Ricardo Almeida: Fez a intervenção que se transcreve:

«Bom dia a todos,

Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, nele toda a sua mesa, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Funcionários, caro público e comunicação social.

Esta minha intervenção divide-se em duas partes.



8

26

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

1ª - Pergunto qual o ponto de situação relativamente à limpeza do terreno junto à 1ª rotunda de entrada no Sátão, e de que tem vindo a chamar à atenção nas últimas reuniões de Assembleia Municipal;

2ª - Esta intervenção deveria ter sido feita na última reunião, mas perdi a oportunidade e pelos últimos acontecimentos, acho que "deus escreve certo por linhas tortas".

Começar por lembrar a intervenção do Dr. André há 2 reuniões atrás, sobre a trapalhada do envio dos documentos destas reuniões de assembleia que vinham em 2 - 3 e-mails diferentes, com informação toda espalhada, tendo proposto, e bem, mudarmos para o envio de um só e-mail usando uma plataforma de envio de documentos, o exemplo o wetransfer.

Comecei por dizer que deveria ter sido feito na última reunião, pois na última reunião, era merecido vir aqui dar os parabéns à Drª Alcina, e à Assembleia Municipal, pois tinham seguido um nosso conselho e enviado toda a informação em 1 só e-mail a tempo e horas.

Perfeito.

Pois bem, chega esta reunião e andamos para trás.

Nova reunião de Assembleia Municipal e enviam 3 emails: 1º e-mail com alguns documentos, depois 2º e-mail com link wetransfer, depois 3º e-mail com um documento que faltava, a 72 horas da reunião...

É preciso toda esta trapalhada?!

Usam um novo método, deixam de o usar e enviam email, depois voltam a usar, depois a seguir já não usam... Ou seguem o nosso conselho ou não seguem. Eu espero que o sigam pois fica uma reunião muito mais clara e organizada.

Com certeza a culpa não é da Drª Alcina, pegando numa diretriz industrial: "a culpa não é das pessoas, a culpa é do processo".

Desculpem a brincadeira, mas lembra algumas obras nesta Câmara:

Apresentam as obras, começam a fazer, depois param de fazer, depois voltam com modificações... que processos mais trapalhões...

Este simples processo de envio de documentos para uma reunião espelha muito bem a forma como esta Câmara funciona.

Precisamos de mudar, e este é um bom exemplo percebermos o tão difícil que é a mudança; a mudança é das coisas mais difíceis, que em 90% das pessoas a primeira reação é sempre dizer que não, mas para sermos melhores e mais felizes, devemos procurar sair da nossa zona de conforto, arriscar em novas soluções, e vão ver que coisas melhores aparecem.

Acabo a apresentar uma nova solução para este assunto, pois além de críticas construtivas também temos soluções, e o que interessa é ver o Sátão melhor. Porque não criar no site da Câmara um espaço restrito, bloqueado com passwords, e criar um espaço de documentação das nossas reuniões?

Fica a proposta, obrigado.»

Rui Silva: Iniciou a sua intervenção dizendo que o que o levava ali prendia-se com três questões:

1ª - Água de abastecimento público - a este respeito, como se iria resolver o problema da qualidade da água que chega aos munícipes; 2ª - Fogos/Incêndios - sobre este assunto perguntou se estava tudo controlado, e se o número de bombeiros se mantinha ou tinha sofrido alterações; 3ª - Fossa em Samorim - referindo que esta já excedeu o seu prazo normal de funcionamento, pois já se encontrava em atividade há mais de 20 anos, e apontando as anomalias que lhe haviam sido transmitidas, e alertando para a possibilidade de se vir a verificar um grave problema de saúde pública, questionou se estava prevista alguma solução para aquela situação, pois estavam em risco não só a povoação de Samorim, mas também a das Pedrosas e a de Vila Cova.

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Deu início à sua intervenção agradecendo o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. seu Pai. De seguida, lembrando a obra do Sr. Professor José Luís Vaz, lançou um repto ao Executivo da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, propondo que o seu nome fosse incluído na Toponímia daquela Freguesia, considerando que tal atitude seria de elementar justiça e uma justa homenagem. Continuou a sua intervenção referindo que trazia outra questão que entendia ser de enorme justiça, a qual dizia respeito às coletividades desportivas do Concelho: no passado dia 23 de abril foi prestada uma homenagem no Estádio da Premoreira ao



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

atleta André da Silva Rebelo, que terminou a sua carreira desportiva, depois de 23 épocas, embora interpoladas, esteve ao serviço da Associação Desportiva de Sátão, algo cada vez menos frequente a nível nacional, deixando uma palavra de apreço para este atleta. Chamando a atenção para o facto de, neste evento, ter notado que de todos os atletas que se encontravam em campo, apenas 3 eram oriundos do Concelho, estando mais 5 no banco de suplentes. Tendo conhecimento que a Edilidade entende que não se deve imiscuir nos assuntos de gestão das coletividades, era facto que a Câmara Municipal, nos últimos quatro anos, transferiu para as Associações Desportivas cerca de 650.000€, e apesar de concordar com a postura da Edilidade perante a gestão das Coletividades, na sua opinião a Autarquia deveria impor algumas diretrizes a concretizar a médio e longo prazo, que levem a que os Clubes Desportivos do Concelho venham a contar com um maior número de jovens oriundos do Concelho nas suas equipas séniores, numa percentagem a determinar. Reconhecendo que tal obrigatoriedade poderia vir a diminuir o nível de competitividade, seria uma grande mais valia para o Concelho, pois fomentava o interesse e a dedicação dos nossos jovens.

Presidente da Assembleia Municipal: Referindo-se ao atleta André da Silva Rebelo, disse que era o sentimento geral dos presentes o reconhecimento e apreço pela sua atividade enquanto atleta da ADS, sendo, portanto, digno de registo. De seguida, antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que respondesse às questões elencadas pelos Srs. Deputados, esclareceu o Sr. Deputado Ricardo Almeida sobre o envio faseado dos documentos para aquela reunião, dizendo que, embora a sugestão que foi seguida na reunião anterior tenha sido eficaz, e seja a que se vai adotar sempre que possível, desta vez não foi possível. Dito isto explicou sucintamente os artigos do Regimento da Assembleia Municipal onde está plasmado o procedimento e prazos de envio tanto da Convocatória como dos documentos para as Reuniões e Sessões daquele Órgão. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Gonçalo Magalhães a respeito das comemorações do 25 de abril, informou que esse assunto tinha sido discutido numa reunião que teve com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde este lhe comunicou que as comemorações dos 50 anos do 25 de abril estavam a ser preparadas, inclusivamente com o Agrupamento de Escola de Sátão. Neste seguimento, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu o Voto de Pesar pelo falecimento do Professor José Luís Vaz e agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão as palavras que proferiu acerca da mesma pessoa. Respondendo às intervenções dos Srs. Deputados, começou por dizer, em relação à intervenção do Sr. Deputado Gonçalo Magalhães, que estava plenamente de acordo com o que disse acerca do 25 de Abril. Ressalva a parte em que falou das infraestruturas de água e saneamento no Sátão. A este respeito informou que tanto em relação a saneamento como a água, o Concelho de Sátão, era aquele que tinha mais cobertura, a nível dos Concelhos da CIMVDL. Relativamente às Estradas que disse que estavam em mau estado, considera que não estavam tão más como o Sr. Deputado queria mostrar. Em relação à intervenção da Sr^a Enfermeira, Deputada Sandra Fonseca, disse que aceitava as palavras que enunciou, até porque conhecia um pouco da Saúde, e do seu estado, sobretudo no Sátão. No entanto destacava três temas que, no seu entender, diziam mais respeito à Câmara Municipal: 1. porta de entrada; 2. Recursos Humanos; 3. Infiltrações nas paredes do edifício. Em relação à porta, embora a Administração Central tivesse dito que era impossível colocar ali uma porta, a Câmara encontrou uma Empresa que se propôs efetuar esse trabalho e apresentou ao ACeS Dão Lafões o orçamento emitido para esse efeito. Embora o ACeS garantisse que a iriam colocar, a verdade era que até ao momento ainda não o tinham feito. No que respeita aos Recursos Humanos, o Município tem três pessoas/colaboradoras destacadas para apoiar os serviços, encontrando-se uma no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Centro de Saúde de Sátão, outra na Extensão de Lamas e outra na Extensão de Avelal. Quanto às infiltrações de que falou, disse que considerava urgentes algumas das obras ou intervenções de que o centro de Saúde necessitava, para que as pessoas do Concelho, os Utentes, tivessem um atendimento condigno. Informou ainda que tinha sido solicitada uma auditoria ao Centro de Saúde, relativamente à necessidade de obras; e o resultado foi que seriam necessários mais de 400.000,00€ para as obras de requalificação/reparação. Sobre este tema, prosseguiu relatando, pormenorizadamente, a negociação, e ponto de situação, no que diz respeito à aceitação da Transferência de Competências no ramo da Saúde. Seguidamente respondeu ao Sr. Deputado Marco Girão. Em relação aos equipamentos e espaços público disse que a Câmara tem a preocupação em manter os existentes da melhor maneira possível, e tem-se esforçado em criar novos espaços. Quanto à visão pessoal, acha normal a Câmara ter uma visão pessoal, mas em relação aos Projetos que se mandam elaborar, não é o Presidente da Câmara que diz como deve ser feito. Assim sendo, a Ciclovia foi um Projeto candidatado através do PAMUS, o qual para se realizar tinha de ser executado numa zona urbana, porque a União Europeia assim o determinara. Quanto à existência de bicicletas, a seu tempo virão; a CIMVDL já está a diligenciar nesse sentido. Relativamente ao Projeto de “transformação” da Rua entre o Edifício dos Paços do Concelho e o Jardim da Praça Paulo VI, informou que ainda não tiveram resposta à Candidatura que foi efetuada há mais de um ano, e só irá avante se for aprovado pelo PRR. Em resposta ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, referiu que os proprietários tinham um prazo até 30 de abril para limparem os terrenos; somente depois de findo esse prazo é que a Câmara pode atuar e/ou intervir. Disse ainda que em relação às outras questões, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já lhe havia respondido. Todavia, como o Município estava a levar a cabo a elaboração de um novo site, poderiam ser equacionadas algumas das propostas que apresentou relativamente à disponibilização dos documentos para as reuniões. Quanto às questões do Sr. Deputado Rui Silva, em relação à água disse que pedia desculpa a ele e a todo o Concelho de Sátão, pois o problema que abordou teve origem num erro humano que, embora tivesse durado apenas duas horas e fosse prontamente resolvido, lamentava profundamente. Relativamente à prevenção de Incêndios, referiu que há dois anos tinham feito a rede primária, e no momento continuavam a proceder a algumas limpezas, nomeadamente da rede secundária, trazendo inclusive, uma equipe da CIM a efetuar essas limpezas. Comparando os incêndios/fogos a doenças graves, referiu que tal como na cura de certas doenças, a deteção precoce era a solução, a rapidez de atuação/intervenção dos Bombeiros no início de um incêndio significava a extinção deste. Contudo, preparando-se para esse período crítico, informou que a partir do próximo mês, reuniriam com os Bombeiros quinzenalmente. Em relação à fossa de Samorim, referiu que iriam inteirar-se do que se passava, e logo que fosse possível seria inserida numa Candidatura. Relativamente à chegada do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, referiu que a Câmara procurava apoiar as Associações Desportivas do Concelho. Quanto às Clausulas ou imposições que o Sr. Deputado sugere, considera que só serão viáveis para as Camadas Jovens, para os Sêniores é de todo impossível a sua implementação, até porque, tal como nos Clubes “grandes”, se um jogador é bom, não faltarão Clubes a querê-lo, e depois os Dirigentes dos Clubes/Associações jamais aceitariam esses condicionalismos.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, prosseguiu os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

III ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

3. Assunto para conhecimento: Parceria relacionada com os “Bairros Comerciais Digitais” – Aviso nº 12/C16-io2/2023.

Presidente da Assembleia: Introduziu do assunto em título, dando de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que este se pronuncie sobre o mesmo.

Presidente da Câmara: Informou que o assunto em título era referente a uma Candidatura à qual o Município se tinha proposto, tendo, entretanto, passado à segunda fase da mesma. Como tal, com a finalidade da sua aprovação, a Câmara Municipal procurou evoluir nesta fase, apresentando uma Candidatura mais sofisticada/elaborada, que tinha como finalidade alavancar o comércio local, e consistia numa Plataforma onde se registariam as Empresas/Comércio locais que necessitassem de apoio na realização de ligeiros acertos nas suas lojas, tais como nos passeios e nos toldos, e também para dinamizar a sua atividade. Tendo já sido constituídas parcerias com a CIM, com a ADD, e com a ARESP-Viseu, era também importante incluir a Assembleia Municipal nessas parcerias, com o intuito de reforçar a aludida Candidatura. Assim sendo, era necessário indicar alguém daquele Órgão para representação da Assembleia Municipal na parceria e também para acompanhamento da Candidatura.

Presidente da Assembleia: Referiu que a Assembleia Municipal aparece na Candidatura com a finalidade de a enriquecer. Assim sendo, embora o assunto em título esteja referenciado para conhecimento, havia necessidade de eleger um elemento daquela Assembleia como seu/sua representante, para acompanhamento deste caso obtenha aprovação de financiamento. Neste seguimento solicitou aos representantes das forças políticas ali presentes que indicassem um elemento para que se procedesse à referida eleição. Para tal inscreveram-se os Srs. Deputados Miguel Cabral, em representação do PSD, e Gonçalo Magalhães, em Representação do PS.

Miguel Cabral: Interveio propondo, para o efeito, a Sr^a Deputada Maria Isabel Jesus de Sousa.

Gonçalo Magalhães: Tomou a palavra propondo o Sr. Deputado Ricardo Filipe Moreira de Almeida, para os efeitos pretendidos.

Presidente da Assembleia: Depois de conhecidas as propostas supra, determinou que a proposta apresentada pela bancada do PSD se denominasse de Proposta A, e a apresentada pela bancada do PS, seria a Proposta B.

Seguidamente procedeu-se à votação por sufrágio direto.

Assim, findo o escrutínio, na designação de um elemento para representar a Assembleia Municipal na Parceria relacionada com os “Bairros Comerciais Digitais” – Aviso nº 12/C16-io2/2023, foi eleita a Proposta A, com a seguinte votação:

Votos na Proposta A: 16 (dezassexes)

Votos na Proposta B: 13 (treze)

Votos Nulos: 0 (zero)

Votos em Branco: 0 (zero)

Neste seguimento, como representante da Assembleia Municipal de Sátão para o projeto candidato em caso de aprovação de financiamento ao **AVISO Nº 12/C16-io2/2023 – Convite à apresentação de Propostas Finais para Desenvolvimento de Projetos no âmbito da medida “Bairros Comerciais Digitais”**, foi designado(a) o(a) seguinte cidadão(ã):

● *Maria Isabel Jesus de Sousa.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

4. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Referindo que aquele assunto era de apresentação obrigatória para conhecimento daquela Assembleia sempre que se movimentavam verbas relacionadas com compromissos/contratos plurianuais, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que se pronunciasse sobre o mesmo.

Presidente da Câmara: Começando por dizer que todos tinham recebido a informação referida em título, enumerou os compromissos plurianuais assumidos desde 15/02/2023 até à data da presente reunião, que foram os seguintes:

- Aquisição de Serviços no âmbito do Projeto "Bairros Digitais";
- Transferências Correntes para a CIMVDL, referentes ao Contrato Interadministrativo de Transferência de Competências no âmbito do Transporte de Passageiros;
- 1º Direito - Acompanhamento da Implementação da Estratégia Local de Habitação.

5. Discussão e Votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.

Presidente da Assembleia: Depois de uma breve introdução do assunto em título, e antes de colocar o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão e abrir o período de inscrições para esclarecimentos, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara: Tomou a palavra começando por dizer que desde a concretização da Transferência de Competências para o Município, no ramo da Educação, o Executivo tem vindo a deparar-se com alguns problemas em relação à substituição de Assistentes Operacionais (Auxiliares de Educação) aquando das suas faltas ao serviço pelos mais diversos motivos, devidamente justificados. Por este facto, com a finalidade de colmatar essas faltas, era necessário proceder-se à abertura de um Concurso de Reserva de Pessoal. Para tal, tinha de se efetuar uma Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, a qual carecia da autorização da Assembleia Municipal.

Inscrições: Carlos Rodrigues.

Carlos Rodrigues: Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o tipo de vínculo que irão ter as Pessoas/Funcionários que vierem a ser recrutadas e que constituirão essa Bolsa de Recrutamento, pois o tipo de Concurso e o tipo de vínculo eram assuntos completamente distintos. Assumindo que a duração deste tipo de Bolsas era de 5 anos, perguntou se, no final desse tempo, a solução para essas pessoas era o despedimento.

Presidente da Câmara: Respondeu dizendo que os Contratos a celebrar com os Trabalhadores que formarem essa Bolsa, teriam a duração necessária, isto é, durariam enquanto os estes fossem necessários para o normal funcionamento dos Serviços/Escolas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo intervenções, feita a discussão da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, este assunto foi colocado à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 10 (dez)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Análise, discussão e deliberação sobre a Declaração de Utilidade Pública da Obra Requalificação e Alargamento da Ponte sobre o Rio Vouga, na EM 581.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto supra, colocou o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que era necessário que a Assembleia Municipal Declarasse de Utilidade Pública da Obra Requalificação e Alargamento da Ponte sobre o Rio Vouga, na EM 581, para que quando se retomarem os trabalhos a Câmara Municipal não venha a ter contratempos com nenhum proprietário dos terrenos em volta, e para que se possa proceder a expropriações, caso seja necessário. Dito isto, e por sugestão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, fez um ponto de situação detalhado da referida obra.

Inscrições: Ninguém se inscreveu

Presidente da Assembleia: Não havendo intervenções, feita a discussão do assunto em título, o mesmo foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 10 (dez)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a proposta de Declaração de Utilidade Pública da Obra Requalificação e Alargamento da Ponte sobre o Rio Vouga, na EM 581, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2022.

Presidente da Assembleia: Após uma breve introdução do assunto em título, colocou o ponto sete da Ordem de Trabalhos à discussão, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e seguidamente à Srª Drª Susana Pinto, Técnica Superior da Unidade Financeira.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que não se iria alongar neste assunto, até porque a Conta de Gerência era o que era e não podia ser alterada. Fazendo uma breve descrição da forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

e constituição dos documentos enviados relativos a este ponto, referiu que, como poderiam constatar, no ano de 2022, houve equilíbrio orçamental, no exercício de funções do Órgão Executivo. Terminou dizendo que depois da apresentação dos Mapas que a Sr^a Dr^a Susana Pinto iria explicar, se surgissem dúvidas, a Dr^a Susana esclareceria as de ordem técnica e ele próprio dissiparia as de carácter político.

Dr^a Susana Pinto: Explicou tecnicamente o documento apresentando, do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como a Prestação de Contas, expondo e explicando os valores que foram sendo apresentados, bem como as medidas tomadas na execução do orçamento, no período em análise, dissipando todas as dúvidas pontuais que foram sendo apresentadas.

Inscrições: Marco Girão; Pres. Junta de Sátão (António José Carvalho).

Marco Girão: Neste ponto, proferiu o seguinte:

«Senhor Presidente do Município,

A análise da execução orçamental referente ao exercício de 2022, permite-me concluir que a sua governação é extremamente eficiente na execução das receitas, nomeadamente no que respeita à cobrança de impostos diretos e indiretos, na arrecadação de taxas, multas e penalidades, e é manifestamente medíocre e incapaz na execução das despesas, quer nos gastos correntes, quer nas despesas de capital.

Essa constatação é muita significativa, pois evidencia a sua total incapacidade e inoperância em aplicar o dinheiro de forma eficaz, no sentido de desenvolver e dinamizar o concelho.

A conclusão que se pode retirar da execução orçamental do ano de 2022 é a seguinte: há dinheiro, mas não há iniciativa!

E não há iniciativa porque o senhor presidente não tem ideias, nem visão estratégica para o concelho. A sua longa permanência no poder evidencia, há já muito tempo, que o senhor presidente não faz parte da solução para o progresso deste concelho.

Pelo contrário, enquanto autarca, enquanto único e exclusivo decisor, é parte de um problema que tem vindo a hipotecar o futuro do concelho de Sátão.

Penso que todos aqui terão a noção de que o objetivo final da função económico-financeira de um município não é gerar resultados líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos, tangíveis e intangíveis, que permitam a criação de condições que signifiquem uma melhoria na vida dos munícipes.

Senhor presidente,

As empresas distribuem lucros, os municípios, não.

Nesse sentido, não deve estar presente numa gestão autárquica uma qualquer espécie de escopo lucrativo.

A questão que lhe coloco é a seguinte: o que vai fazer com o saldo de gerência positivo que transitou para o exercício de 2023?

Visto que não pode distribuir lucros e considerando a sua crónica incapacidade de investimento e execução orçamental no lado da despesa, pergunto-lhe se vai continuar a acumular um saldo de gerência de valor tão expressivo, prossequindo uma gestão avarenta que coloca em causa a qualidade dos serviços que o município presta e que, simultaneamente, debilita e diminui as potencialidades deste concelho.

Não discuto a importância, para o município, de contas certas e equilibradas, mas, existindo esse equilíbrio, a não execução dos orçamentos na medida e nos termos em que foram propostos e apresentados a esta Assembleia, constitui, por si só, um insucesso político.

Por isso, o orgulho que apresenta ao vangloriar-se dos saldos de gerência positivos, que transitam, ano após ano, para os exercícios seguintes, em constante acumulação, merece, da minha parte, a crítica e a reprovação mais contundentes, porque é revelador de um espírito não condizente com o de um autarca dinâmico, inovador e empreendedor.

Do lado da despesa corrente, a única parcela que tem uma taxa de execução de acordo com o orçamentado é a referente aos gastos com pessoal. Ou seja, constato que o senhor presidente cumpre escrupulosamente com o pagamento de salários.



15
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Ora, concordará comigo se lhe disser que pagar salários com as transferências de capital da administração central é uma tarefa que não exige apuradas capacidades de gestão. Na verdade, essa é uma função de simples intermediário – recebe dinheiro de um lado para o entregar no outro.

Ainda assim, noutras parcelas referentes à despesa corrente, as taxas de execução chegam a ser deprimentes, de tão baixas que são.

Preocupante é, também, constatar que a rubrica referente aos gastos com pessoal ser já de 42% de toda a despesa corrente. Esta chamada de atenção não significa que defendo uma redução de pessoal. Pelo contrário, sendo o município o maior empregador do concelho, penso que o mesmo cumpre uma função importante, que, em termos de coesão social, é de valorizar. No entanto, considero que os gastos com pessoal devem ser alvo de uma vigilância a médio e longo prazo, para que a capacidade de investimento do município não seja comprometida.

Na despesa de capital, isto é, despesa associada ao investimento, à construção ou manutenção do património, atividades que são fundamentais para incrementar a qualidade dos serviços prestados pela autarquia, melhorar a vida dos munícipes e a atratividade do concelho, a sua incapacidade é notória e politicamente inaceitável. Aqui, a taxa de execução apresenta um triste registo de apenas 40%. Uma percentagem tão baixa retrata incompetência e incapacidade, factos indesmentíveis que décadas ininterruptas de poder revelam agora o seu preço, com um autarca cansado, um autarca que não está à altura das exigências do presente, e por isso, completamente ultrapassado.

Do lado da receita corrente, aquela em que há pouca intervenção do executivo municipal, isto é, rubricas que não têm diretamente a ver com a gestão da câmara, mas sim com os resultados da dinâmica da economia local, como os impostos, (IMI, IUC, IMT e IRS), o senhor presidente revelou todo o seu desejo insaciável pela acumulação de receitas. A execução orçamental situou-se nos 98%, fruto do garrote fiscal que continua a impor aos munícipes, pois que podendo abdicar da parcela relativa ao IRS, continua, teimosamente, a conservá-la nos fartos cofres da câmara.

Já os proveitos que resultam da sua intervenção direta, do seu trabalho e gestão enquanto autarca, que exigem ideias, estratégia e investimentos adequados, que são contabilizados nas chamadas receitas de capital, os mesmos ficaram-se por uns poucos abonatórios 42%.

A conclusão a retirar de tudo o que acabei de expor, é que o senhor presidente é o campeão das receitas que resultam da cobrança de impostos instituídos pela administração central, mas é, simultaneamente, um vencido quando se trata de realizar investimentos que criem valor para o município.

Termino, senhor presidente, com uma última reflexão: face a poupanças geradas no passado, uma altura houve em que optou pelo pagamento de dívidas e, consequentemente, pela redução do passivo. No entanto, estando esse problema resolvido, isso deveria dar azo à implementação de políticas e estratégias que fossem ao encontro às necessidades dos munícipes, que melhorassem a sua qualidade de vida e reforçassem a atratividade deste nosso concelho.

Todavia, olhando para estes quadros e para estes números, só posso concluir que o senhor presidente não sabe o que fazer ao dinheiro. E não sabendo, perde o concelho e perdem as suas gentes.

Muito obrigado.»

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Referiu que intervinha apenas para fazer um reparo em relação à Prestação de Contas de 2022, que na sua opinião era em termos negativos, estando relacionado com os graus de execução de receita e de despesa. Assim, ao nível da despesa o grau de execução foi de 59,78%, o que corresponde a um baixo grau de execução, havendo uma diminuição da capacidade executiva, significando que as despesas de capital, ao nível do investimento revelaram-se aquém do esperado.

Presidente da Câmara Municipal: Começando por responder ao Sr. Deputado Marco Girão, e em relação ao que iria fazer ao Saldo da Gerência, referiu que decorriam várias obras que absorveriam esse Saldo, tais como, a Ponte de Lamas (sobre o Vouga), Alameda Dr. Carlos Xavier, Estrada de Ligação da EN 229 à Rotunda da Oliveiras (EN 329), Estrada de Ligação da Miusã ao Barro Branco, 1 milhão de euros que tem que colocar na habitação, os valores que têm vindo a distribuídos às Juntas de Freguesia, e ainda na construção da nova ETA do Vouga. Relativamente ao facto de



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

pagar escrupulosamente os salários, afirmou que não só pagava escrupulosamente os salários, como também, escrupulosamente, pagava todas as contas do Município. Quanto às receitas provenientes do IMI, IMT, e IRS, tendo reiterado a sua posição relativamente à fixação em 5% a taxa de participação variável no IRS, disse que eram de direito e não ia recusar o seu recebimento. No que concerne às considerações que teceu em relação a si e ao seu modelo de gestão, referiu que eram opiniões do Sr. Deputado e não as iria comentar. Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, referiu que, por exemplo em relação às Juntas de Freguesia, o capital não foi todo auferido, tendo ficado por pagar cerca de 225.000,00€, porque estas não realizaram Obras.

Presidente da Assembleia: Relembrou que o enquadramento daquele Saldo já tinha sido abordado e legalizado naquela Assembleia na Revisão Orçamental feita na anterior reunião de Assembleia Municipal. Seguidamente, não havendo mais ninguém para intervir, feita a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e apreciação dos documentos, foi posta à votação a Prestação de Contas do ano de 2022, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove)

Votos contra: 1 (um) - *Marco Augusto Lopes Almeida Girão.*

Abstenções: 9 (nove)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por maioria. Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

9. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Referiu que, à semelhança das reuniões anteriores, e se nenhum Deputado se opusesse, sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocou os pontos oito e nove da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Carlos Rodrigues; Pres. Junta de Sátão (António José Carvalho); Marco Girão;

Carlos Rodrigues: Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação de algumas obras e também sobre a viabilidade e prazos de outras:

- Campo de Futebol de 7 - perguntou porque se encontrava parada;
- Requalificação das ETARs - nomeadamente em Contige - para quando a sua construção?
- Piscinas do Trábulo - a sua concretização era ainda para o verão que se avizinha?

Seguidamente prosseguiu o seu discurso citando o Sr. Deputado Rui Tavares, do Partido LIVRE (L), na sua intervenção nas Comemorações do 25 de Abril, na Assembleia da República: *"A nossa Democracia não só não está garantida, como vive o momento de maior risco desde a sua existência e desde o período pós-revolucionário"*. Continuou dizendo o seguinte: *"É certo que a Democracia não é perfeita, mas é o melhor que temos e devemos lutar para melhorar, e está sempre em risco. Enquanto houver demagogo, enquanto houver intervenientes políticos com responsabilidades que arranjam artimanhas para contornar a Lei, porque a Democracia não é importante para mantermos o lugar, mas sim a credibilidade das Instituições Democráticas. Por isso, comemorar e relembrar Abril apenas de 5 em 5 anos é pouco. Não comemorar Abril é deixar que populistas se aproveitem para vociferar e espalhar o ódio, colocando em risco o débil sistema democrático."*



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

No entanto, e porque o Município não comemora Abril, deixa que se apague a memória e deixa que os mais jovens, que sempre viveram em democracia, achem que esta está garantida, e não está. Se deixarmos que se esqueça Abril estamos a ajudar os extremistas a acabar com a Democracia.

Viva a Democracia!

Viva a Liberdade!"

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Iniciou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das seguintes obras: Rotunda de Muxós; ETAR de Sátão; Habitação Social de Sátão; Arruamentos junto ao Estádio da Premoreira. De seguida, referindo que não estava previsto no Orçamento para 2023, lembrou a necessidade de construção de um Passeio desde a Vila de Sátão até à Localidade de Muxós. Outro assunto, prendia-se com o espaço circundante ao Pavilhão Desportivo Municipal. Na sua opinião, e da Assembleia de Freguesia, aquele espaço poderia e deveria ser melhorado, com a colocação de um espaço de manutenção, umas mesas e uns bancos, por exemplo, tornando-o, aprazível e útil. Terminou colocando uma questão sobre uma alteração na Página da Autarquia, com a publicação da Plataforma de Denúncias. Decorrendo da aplicação da Lei 93/2001, de 20 de dezembro, e estando este canal de denúncia em funcionamento numa grande parte dos Municípios, perguntou o porquê de só agora surgir esta publicação.

Marco Girão:

«Senhor Presidente do Município,

A consulta da literatura disponível permite concluir que o assédio sexual é um grave problema social que afeta sobretudo as mulheres, sendo um comportamento muito comum numa cultura patriarcal, que, frequentemente, vê as mulheres como objeto sexual, e explora a desigualdade de poder nas relações sociais de género.

O assédio sexual nos locais de trabalho assume, não poucas vezes, contornos de gravidade superior ao praticado noutros contextos, na medida em que a mulher depende, em muitos casos, do emprego para sobreviver economicamente.

Na realidade, o assédio sexual persiste de forma oculta e insidiosa no espaço público e nos locais de trabalho, com consequências negativas para a saúde e bem-estar das pessoas assediadas, sobretudo se for prolongado no tempo, criando perturbações significativas nas suas relações profissionais, interpessoais e familiares.

A prevenção do assédio no trabalho, em particular do assédio moral, foi recentemente reforçada pelas alterações introduzidas pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, no Código do Trabalho.

Segundo o mesmo diploma, para prevenir o assédio, incumbe à entidade patronal adotar códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, sempre que a empresa tenha sete ou mais trabalhadores, e, muito importante, instaurar procedimento disciplinar sempre que tiver conhecimento de alegadas situações de assédio no trabalho, cabendo ao empregador a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio.

Ora, o que lhe pergunto,

Senhor presidente,

É se o município já adotou um código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, em conformidade com a legislação vigente, procurando desta forma garantir o respeito e a cooperação entre todos os trabalhadores e cooperadores da câmara, promovendo um ambiente digno e respeitoso, não admitindo nem tolerando quaisquer práticas de assédio moral, ou sexual.

Pergunto-lhe ainda,

Senhor presidente,

Se está devidamente sensibilizado para esta matéria, em concreto qual a sua posição relativamente a um tema tão sensível, e se existem no município mecanismos eficazes de denúncia e de efetiva resolução dos casos, caso estes aconteçam.

Muito obrigado.»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara Municipal: Respondendo ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues informou que a obra o Campo de Futebol de 7 estava entregue, tendo havido necessidade de construir um muro interior para suportar a rede de vedação de 5 metros de altura, a obra está à disposição da Firma Euroténis, empresa adjudicatária, para proceder à colocação do pavimento e terminar a obra. Quanto à requalificação das ETARs, disse que os Projetos se encontravam prontos, aguardando que no Programa 2030 seja contemplada a verba necessária para esse efeito. Em relação à Piscina da Praia do Trabulo, referiu que era uma obra que arrancaria no corrente ano, provavelmente em maio, se houver empreiteiro. Relativamente às declarações do Sr. Deputado sobre a Democracia, disse que dependia muito de todos os Partidos Políticos e da sua atuação perante a sociedade; não era o facto de não se comemorar o 25 de Abril que fazia emergir extremismos. Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, disse que a rotunda de Muxós, seria uma realidade ainda no corrente ano. Quanto à ETAR de Sátão informou que já se encontrava pronta, faltando apenas proceder à ligação do PT. Em relação à Habitação Social, ainda não se tinha iniciado, mas estava previsto começar em breve e com toda a força. No que respeita aos arruamentos junto ao Estádio da Premoreira, a obra será posta a concurso brevemente. O espaço circundante ao Pavilhão Gimnodesportivo, aguarda a possibilidade de integração no Programa 2030. Relativamente ao Passeio de Sátão a Muxós, comunicou que, como era do seu conhecimento, aliás como havia referido na sua intervenção, não era uma obra para o corrente ano. No que concerne à melhoria do site e à Plataforma da Denúncia, informou que disponibilizar essa Plataforma, ou Portal, fazia parte da Contratação que o Município fez, há sensivelmente 9-10 meses, para alterar/melhorar o Site do Município, por esse facto é que só agora foi disponibilizada. Em resposta ao Sr. Deputado Marco Girão, quanto ao tema do Assédio Sexual, disse ser um assunto para o qual tem abertura total, dispondo o Município dos mecanismos necessários, seguindo todos os trâmites legais, com vista à resolução desse tipo de problemas, caso existam.

Presidente da Assembleia: Feita a discussão de todos os pontos da ordem de Trabalhos da presente reunião e não havendo mais nenhum assunto para tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma ordeira de como decorreu a reunião, deu por encerrada a sessão, pelas doze horas e seis minutos.

O Presidente da Assembleia

Paulo Manuel Lopes de Sousa

As Secretárias

Fernanda de Almeida Albuquerque de Freitas

Rosa Maria Beneditos Oliveira